

Ata n.º 6/2019
da reunião do Conselho Pedagógico de 25 de junho de 2019

Ao vigésimo quinto dia do mês de junho do ano dois mil e dezanove, pelas dez horas, teve início a reunião do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pela Senhora Presidente do Conselho Pedagógico, Professora Doutora Sílvia Alves, e secretariada supervenientemente pelo Senhor Secretário João Abreu Campos, ordinariamente convocada nos termos do artigo 58º, n.º 1, dos Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD);
2. Aprovação das atas;
3. Época de Exames;
4. Anualização;
5. Estudos Pós-Graduados
6. Queixas pedagógicas;
7. Outros assuntos.

Estiveram presentes enquanto membros docentes, para além da Senhora Presidente, Prof.^a Doutora Sílvia Alves: o Srs. Profs. Doutores João Gomes de Almeida, Renato Gonçalves, o Mestre João Matos Viana e a Dr.^a Inês Sítima.

Estiveram presentes, enquanto membros discentes: o Doutor Tiago Carneiro, Luís Costa, Miguel Cruz, Roberta S. Viana, Tomás Neves, Darja Zimina e o Dr. Tiago Mouzinho.

Apresentaram justificação de faltas os Conselheiros docentes: Prof. Doutora Miriam Afonso Brigas, que se encontrava ao serviço da Faculdade; e Prof. Doutora Sandra Lopes Luís, que teve um impedimento. Apresentaram ainda justificação de faltas: o Secretário João Abreu Campos, por motivos de saúde; Márcia Cabral Barroso; e a Dr.^a Manuela Neves, que se fez substituir pelo Dr. Tiago Mouzinho.

O discente Gustavo de Almeida Neves, Vogal do Conselho Pedagógico da AAFDL, esteve presente na reunião, nos termos do artigo 58º, n.º 2, dos Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em representação da AAFDL.

1. Período Antes da Ordem do Dia (PAOD);

A Senhora Presidente deu início à reunião, agradecendo a presença dos Conselheiros e informando que o Conselheiro discente Mestre Henrique Barbosa iria renunciar ao mandato, uma vez que aceitara iniciar funções docentes no Brasil. Em nome do Conselho, a Senhora Presidente agradeceu o trabalho e a entrega do Conselheiro, também no âmbito da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

A Senhora Presidente informou ainda o plenário que o Conselheiro discente, Dr. Pedro Farmhouse, suspendera o seu mandato no período entre 22 de maio e 04 de agosto de 2019, por se encontrar nos Estados Unidos, no quadro de um programa de intercâmbio universitário, sendo substituído nas suas funções pela Dr.^a Manuela Neves.

A Senhora Presidente deu também nota de que o Governo autorizara a criação de um Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios.

A Senhora Presidente informou finalmente o plenário das comunicações recebidas quanto ao método de avaliação da UC de História das Ideias Políticas (Prof. Doutora Ana Fouto); e quanto aos pedidos de constituição de júri singular para as UC's de Direito das Sucessões (TA) e Direito Administrativo II (TA).

2. Aprovação das atas;

Em virtude de doença súbita do Secretário do Conselho Pedagógico, não foi enviado o projeto de ata n.º 5/2019, que deverá ser analisado e aprovado na próxima reunião.



3. Época de Exames;

A Senhora Presidente informou e leu ao plenário uma comunicação do Sr. Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro, referente à época de Exames, e ainda a resposta da Senhora Diretora Executiva.

A Senhora Diretora Executiva, Prof. Doutora Cláudia Madaleno, tomou então parte na reunião, a fim de prestar esclarecimentos e a convite da Senhora Presidente. Referiu, sumária e nomeadamente: que os feriados dificultaram a calendarização dos exames, concretamente os de recurso, o que justifica o facto de diferirem as datas do calendário de exames com as datas propostas, questão essa levantada pelo Prof. Doutor Tiago Carneiro. A Senhora Presidente referiu que de futuro é importante fazer constar a nota, no momento da aprovação dos calendários, de que estes podem ficar sujeitos a alterações, que se devem nas mais das vezes a situações imprevisíveis.

O Senhor Diretor, Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, que se disponibilizara para esclarecer as questões dos Conselheiros, participou igualmente na reunião.

Ante esta diferença entre as datas efetivas e aquelas que haviam sido previstas no calendário, considerou o Conselho por unanimidade adequado, em concordância com a Direção da Faculdade, que os alunos que haviam comprado viagens antes de 17 de maio (primeiro período de justificação) e ao dia seguinte a 19 de julho (segundo período de justificação) poderiam realizar em época especial a decorrer em setembro os respetivos exames. Foi ainda esclarecido que os alunos na situação *supra* descrita que comparecessem à época especial, não se apresentariam enquanto alunos da época de finalistas, o que permite não serem prejudicados quanto à bonificação.

4. Anualização;

O Conselheiro discente Miguel Cruz questionou o órgão sobre a possibilidade de se alcançar uma decisão, eventualmente em setembro. A Senhora Presidente referiu que seria previsível uma deliberação preliminar até julho, considerando o processo eleitoral que se aproxima.



O Conselheiro discente Tomás Neves referiu que apenas depois de setembro será viável abrir a proposta de anualização a debate na Faculdade.

A Senhora Presidente defendeu a possibilidade de se reduzir a proposta a escrito, a fim de informar toda a comunidade académica.

O Vogal do Pedagógico, Gustavo de Almeida Neves, referiu que deverá haver uma sessão de esclarecimento sobre a proposta de anualização antes da realização de uma reunião geral de alunos que decorrerá, à partida em setembro, e cujo objetivo será explicar e sensibilizar a comunidade discente quanto a este assunto.

O Conselheiro discente, Prof. Doutor Tiago Carneiro, deu o seu contributo, referindo ser sua opinião que os alunos precisam de mais aulas práticas e que há que repensar o sistema de ensino na Faculdade, com mudanças estruturais que tenham um impacto impressionante na qualidade do ensino e da aprendizagem.

A Senhora Presidente considerou muito positiva a proposta de gravação de aulas e outras intervenções, concretamente através de uma plataforma virtual, o que ajudaria até a projetar a visibilidade da Faculdade no estrangeiro. O Conselho aderiu unanimemente a esta ideia, entendendo ainda que uma tal proposta deveria ser equacionada pela Escola.

5. Estudos Pós-Graduados;

A Senhora Presidente transmitiu ao plenário as informações que lhe foram prestadas pela Comissão de Estudos Pós-Graduados.

6. Queixas Pedagógicas;

A Senhora Presidente interveio a propósito de uma queixa já previamente apreciada (a título preliminar), congratulando-se a propósito pelo restabelecimento das salutares relações entre o docente e o discente.

Foi ainda apreciada uma queixa referente ao tempo de duração de uma prova escrita. Ante a factualidade analisada e considerando o melhor equilíbrio da solução, foi considerada improcedente a queixa, estabilizando a avaliação realizada e preservando as classificações obtidas pelos alunos.



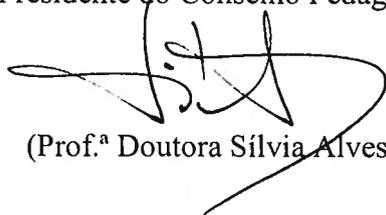
7. Outros assuntos;

A Conselheira discente, Darja Zimina, interveio defendendo que no âmbito dos pedidos de revisão de nota, quando seja incumprido o prazo para a sua análise, o aluno não deveria ficar onerado com o emolumento. Esta questão será objeto de discussão em sede de Conselho Académico. O Prof. Doutor Tiago Carneiro interveio, defendendo um modo diferente de revisão de nota, concretamente que o aluno deveria reunir-se pessoalmente com o professor, o que lhe permitiria indagar sobre a classificação e procurar fundamentar *in casu* uma subida de nota.

O Vogal do Pedagógico, Gustavo de Almeida Neves, defendeu que os critérios de correção não deveriam ser tão subjetivos e amplos, reiterando a necessidade da concisão e explicitação dos mesmos, sobretudo para facilitar os pedidos de revisão de nota.

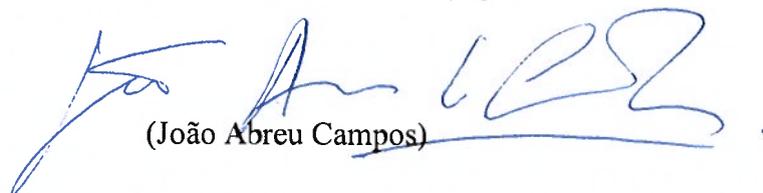
Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião cerca das 11 horas e 30 minutos.

A Presidente do Conselho Pedagógico



(Prof.ª Doutora Sílvia Alves)

O Secretário do Conselho Pedagógico



(João Abreu Campos)